

A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE MINAS GERAIS

José Eli da Veiga
Professor Titular do Dep. Economia da FEA/USP

Resumo

Este texto procura apresentar a configuração territorial de Minas Gerais fazendo uso de novas formas de classificar a hierarquia urbano-rural e simultaneamente testando uma tipologia microrregional anteriormente proposta para o Brasil.

Palavras-chave: Configuração territorial, Minas Gerais, urbanização, ruralidade, desenvolvimento territorial.

A CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE MINAS GERAIS

1. Introdução

No debate científico internacional sobre o desenvolvimento territorial no mundo contemporâneo, foi desfeito há muito tempo o equívoco de se identificar a agropecuária com o rural, como se alguma vez tivesse havido coincidência entre tal grupo de atividades econômicas e o espaço (físico e social) no qual elas necessariamente mais ocorrem. Além disso, a dinamização de muitas áreas rurais por atividades que pouco ou nada têm a ver com a agropecuária faz com que passem a ser investigadas as características e tendências do que tem sido chamado de “nova economia rural”. Nos países mais desenvolvidos chega a ser comum que tal ruralidade seja caracterizada como “pós-industrial”, “pós-moderna” ou “pós-fordista”.

A imensidão territorial do Brasil e a profunda desigualdade de seu desenvolvimento fazem com que abrigue situações rurais extremadas. Se por um lado foi possível preservar nas vastas florestas amazônicas formas de pressão antrópica que mantêm um metabolismo pré-neolítico com a natureza, por outro, várias manifestações de uma economia rural sofisticada já ocorrem em algumas áreas de clima temperado do domínio da mata atlântica e, sobretudo, dos campos e florestas meridionais. Não há motivo, portanto, para que o caso brasileiro seja excluído desse crucial debate sobre os possíveis destinos da ruralidade. Este texto aborda o caso específico de Minas Gerais (seção 4). Para tanto, faz, na seção 2, uma breve revisão das novas formas de classificar a hierarquia territorial, e, na seção 3, uma explicitação dos pressupostos da tipologia microrregional proposta para o Brasil em Veiga (2004).

2. Maneiras de superar a inércia da “dicotomia urbano-rural”

Sob a égide do Conselho da IUSSP: *International Union for the Scientific Study of Population*, ocorreram entre 1999 e 2003 os mais importantes e intensos debates internacionais sobre as novas formas de urbanização. O maior desafio desse grupo de trabalho liderado por Tony Champion (presidente), Graeme Hugo e Alfredo Lattes era ultrapassar a “simples dicotomia urbano-rural”. E foi unânime entre os especialistas que participaram desse esforço a necessidade de rever as classificações usadas nas estatísticas e em pesquisas demográficas. Todavia, segundo os principais coordenadores, não foi representativa entre os participantes a dúvida sobre o primeiro e mais fundamental aspecto da questão: tais classificações deveriam procurar categorizar as pessoas ou os lugares? (Champion & Hugo, 2004: xxi e 365-366).¹

¹ “Logically, the first and most fundamental issue relates to whether settlement classifications should seek to categorize people or places. In practice, this issue has not received a great deal of attention from the contributors to this volume. This can be attributed to the primary aim and starting-off point of research in this area. While terms such as ‘urban population’ suggest that we are classifying people, our approach is determined by our central hypothesis that where people reside is a significant factor in explaining their demographic characteristics and behavior” (Champion & Hugo, 2004:366).

No centro desse debate só podem estar alterações dos ecossistemas provocadas pela espécie humana. Afinal, não pode haver nada de mais rural do que ecossistemas quase inalterados (ou mesmo “intactos”²), e nada de mais urbano do que os ecossistemas dos mais artificializados. As tabelas 1 e 2 trazem estimativas que permitem esse tipo de comparação. Fica bem evidente o contraste entre o grau de artificialização dos ecossistemas da Europa e do resto do mundo. Estão intensamente alterados uns 65% do território europeu (tanto por assentamentos humanos quanto por agropecuária intensiva). Nos demais continentes essa fração não chega a um terço, e atinge mínimos 12% na América do Sul e na Australásia. Em seguida, é importante notar que mais da metade dos territórios das Américas e da Australásia foram considerados praticamente inalterados, pois mantêm a vegetação primária, com baixíssimas densidades demográficas. Finalmente, pode-se dizer que metade da área planetária permanece praticamente inalterada, e mais uma quarta parte parcialmente alterada com formas extensivas de exploração primária. Ou seja, apenas uma quarta parte da área global está mais artificializada pela urbanização e pelas formas mais intensivas de agropecuária.

Tabela 1
Habitat e alteração humana por continente.

	Área total	Praticamente inalterada (1)	Parcialmente alterada (2)	Fortemente artificializada (3)
	Milhões de Km ²	%	%	%
Europa	5,8	15,6	19,6	64,9
Ásia	53,3	43,5	27,0	29,5
América Norte	26,2	56,3	18,8	24,9
África	34,0	48,9	35,8	15,4
América do Sul	20,1	62,5	22,5	12,0
Australásia	9,5	62,3	25,8	12,0
TOT s/Antártica	148,8	49,7	26,6	23,8
Antártica	13,2	100,0	0,0	0,0
TOT MUNDO	162,1	53,8	24,4	21,8

- (1) **Praticamente inalterada:** áreas com vegetação primária e com baixíssimas densidades humanas.
 (2) **Parcialmente alterada:** áreas com agropecuária extensiva, vegetação secundária, e outras evidências de alteração humana, como pastoreio acima da capacidade de suporte, ou exploração madeireira.
 (3) **Artificializada:** áreas com agropecuária intensiva e assentamentos humanos nas quais foi removida a vegetação primária, ou com desertificação e outras formas de degradação permanente.

Fonte: Hannah *et al.* (1994).

² Relatório do Imazon divulgado na 8ª. Conferência das Partes (COP 8) da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, em Curitiba, acaba de revelar que “só 53% da Amazônia permanece intacta”, cf. O *Estado de São Paulo*, 29 de março de 2006, pág. A23.

Apesar de a situação brasileira ser semelhante à da América do Sul, continente no qual há a maior ocorrência de áreas pouco alteradas, são extremas suas disparidades regionais. Como mostra a tabela 2, a configuração de sua macrorregião Sudeste se aproxima mais da européia do que das demais, pois tem mais da metade de sua área fortemente artificializada.

Tabela 2

Habitat e alteração humana no Brasil por Macrorregiões.

	Praticamente inalterada (i)	Parcialmente alterada (ii)	Fortemente artificializada (iii)
	%	%	%
SUDESTE	24	21	56
CENTRO-OESTE	53	7	41
SUL	40	39	21
NORDESTE	40	47	13
NORTE	90	6	4
BRASIL	63	18	19

Notas:

- (i) **Praticamente inalterada:** Florestas, campos e savanas.
- (ii) **Parcialmente alterada:** Outros tipos de cobertura vegetal, corpos d'água, rochas e solos nus ou com vegetação dispersa.
- (iii) **Artificializada:** áreas urbanizadas e com agropecuária intensiva dominante.

Fonte: Embrapa Monitoramento por Satélite: <http://www.cobveget.cnpem.embrapa.br/>

Todavia, assumir um ponto de vista estritamente ecológico para abordar a configuração territorial seria tão errado quanto adotar abordagens exclusivamente sociais ou econômicas. Mais adequado é procurar critérios que possam dar conta simultaneamente dos aspectos ecológicos e socioeconômicos da utilização dos espaços pela espécie humana. E foi exatamente esse o formidável desafio assumido pelos pesquisadores do Serviço de Desenvolvimento Territorial da OCDE ao procurarem estabelecer indicadores territoriais de emprego, com foco no desenvolvimento rural (OCDE, 1996). Mas, para maior clareza expositiva, melhor começar por tentativas semelhantes que obtiveram resultados menos esclarecedores.

Desde os anos 1970 haviam sido feitas insistentes recomendações internacionais para que a população passasse a ser classificada em quatro categorias: “metropolitana urbanizada”, “metropolitana rural”, “não-metropolitana urbanizada” e “não-metropolitana rural”. No entanto, essa disposição de aprofundar a dicotomia acabou dando resultados heterogêneos e bem diferentes da intenção original.

No caso dos Estados Unidos coexistem duas classificações oficiais: a do *U.S. Census Bureau* e a do *Office of Management and Budget (OMB)*. Para o primeiro, as áreas urbanas são as

mais adensadas, mas não correspondem a divisões político-administrativas. E podem ser de dois tipos: áreas urbanizadas, ou simples ‘clusters’ urbanos. Numa área urbanizada deve haver mais de 50 mil pessoas (mesmo que não haja uma cidade específica com esse número de habitantes), e um núcleo (“core”) com densidade superior a 386 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²), podendo ter uma zona adjacente com um mínimo de metade dessa densidade (193 hab/km²). Já os ‘clusters’ urbanos - noção adotada somente a partir do censo de 2000 – são localidades com população inferior (entre 50 mil e 2,5 mil), mas que atinjam os mesmos níveis de densidade demográfica. Assim, para o *Census Bureau*, a população rural é a que está fora, tanto de áreas urbanizadas, quanto de ‘clusters’ urbanos. Em 2000, 68% da população americana vivia em 452 áreas urbanizadas, 11% em 3.158 ‘clusters’ urbanos, e os restantes 21% viviam nas imensas áreas rurais (59 milhões).

Contrariamente ao que ocorre com essa classificação censitária, cujos dados são decenais, a do OMB fornece estimativas anuais de população, emprego e renda. Ela é de ordem político-administrativa, e separa essencialmente condados metropolitanos (“metro”) e não-metropolitanos (“nonmetro”). Um condado é considerado economicamente ligado a uma aglomeração metropolitana se 25% dos trabalhadores residentes estiverem ocupados nos condados centrais, ou se 25% de seus empregados fizerem o movimento pendular inverso (“reverse commuting pattern”). Além disso, os condados “nonmetro” são agora subdivididos em duas categorias: as “micropolitan áreas”, centradas em núcleos urbanos com mais de 10 mil habitantes, e “noncore” para o restante dos condados. Para propósitos analíticos, o Serviço de Economia Rural, vinculado ao Departamento de Agricultura (ERS/USDA), utiliza um híbrido que resulta de uma mescla das duas classificações normativas oficiais. As tabelas 3 e 4 mostram os últimos resultados dessa abordagem.

Tabela 3

Comparação dos padrões de residência, EUA, 2000.

	Rural		Urbano		Total	
	Milhões	%	Milhões	%	Milhões	%
“Nonmetro”	29,0	49,2	20,2	9,0	49,2	17,4
“Metro”	30,1	50,8	202,2	91,0	232,3	82,6
Total	59,1	100,0	222,4	100,0	281,5	100,0

Fonte: Cálculos do ERS/USDA com dados do Censo de 2000.

Tabela 4

Participação dos residentes “metro” e “nonmetro” vivendo em áreas rurais e urbanas, EUA, 2000 (porcentagens).

	Rural (%)	Urbano (%)	Total (%)
“Nonmetro”	58,9	41,1	100,0
“Metro”	12,9	87,1	100,0
Total	21,0	79,0	100,0

Fonte: Cálculos do ERS/USDA com dados do Censo de 2000.

Pode-se dizer, portanto, que o caso dos Estados Unidos é bem ambíguo. Por um lado, a dicotomia urbano-rural foi substituída pelo *Census Bureau* por uma interessante tricotomia formada pelas categorias “áreas urbanizadas”, “clusters urbanos”, e “áreas rurais”. Por outro, o OMB preferiu uma nova dicotomia – “metro” versus “nonmetro”. E para efeitos analíticos, o ERS/USDA intensificou a visão dicotômica ao propor uma mescla que faz desaparecer a tricotomia recentemente introduzida pelo *Census Bureau*.

Bem diferente foi a solução encontrada pela OCDE. Após minuciosa análise das estatísticas referentes a 50 mil comunidades das 2 mil microrregiões existentes nos 26 países membros, a equipe de seu Serviço de Desenvolvimento Territorial passou a distinguir dois níveis analíticos. Ao nível local, foram classificadas apenas como urbanas ou rurais as menores unidades administrativas, ou as menores unidades estatísticas. Por exemplo: *kreise* na Alemanha, *municípios* na Espanha, *counties* nos EUA, *cantons* na França, *comuni* na Itália, *concelhos* em Portugal, e *districts* no Reino Unido. Numa segunda etapa, de nível microrregional, agregações funcionais – como províncias, *commuting zones*, ou *Local Authority Regions* - foram classificadas como mais urbanas, mais rurais, ou intermediárias.

A OCDE considera rurais as localidades que tenham densidade populacional inferior a 150 hab/km² (ou, no caso específico do Japão, 500 hab/km²). Conforme esta definição, cerca de um terço (35%) da população da OCDE vive em espaços rurais que cobrem mais de 90% de seu território. Claro, essas participações variam bastante conforme o país considerado. Os habitantes de comunidades rurais são menos de 10% em países como a Holanda e a Bélgica, e mais de 50% nos países escandinavos.

Todavia, como as opções e oportunidades abertas para essas localidades rurais dependem essencialmente do relacionamento que possam manter com centros urbanos, o que realmente importa é a abordagem microrregional. Assim, para os propósitos analíticos da OCDE, suas 2 mil microrregiões foram classificadas em três categorias, conforme a participação da população que vive em comunidades rurais. Em regiões consideradas predominantemente rurais essa participação é superior a 50%. Nas consideradas significativamente rurais ela fica entre 15% e 50%. E nas regiões predominantemente urbanas a população que vive em comunidades rurais deve estar abaixo de 15%.

Cerca de um quarto (28%) da população da OCDE vive em regiões predominantemente rurais, em geral bastante remotas, nas quais a maioria das pessoas pertence a pequenas povoações pulverizadas pelo território. No extremo oposto, cerca de 40% da população da OCDE está concentrada em menos de 3% do território, nas regiões predominantemente urbanas. O terço restante (32%) vive nas regiões da categoria intermediária, que são chamadas de significativamente ou relativamente rurais. Enfim, cada um dos três tipos de região contém comunidades rurais e urbanas, só que em diferentes graus. Enquanto em alguns países escandinavos as participações relativas das regiões predominantemente ou significativamente rurais são superiores, ocorre exatamente o contrário em países como a Bélgica, o Reino Unido ou a Alemanha. Em 1996, só 30% dos habitantes dos EUA viviam em “commuting zones” predominantemente urbanas. As predominantemente rurais abrigavam 36% dos habitantes, e 34% estavam nas de tipo intermediário. Além disso, 44% da população americana viviam em condados rurais, com menos de 150 hab/km² (OCDE, 1996).

Resumindo, pode-se dizer que a dicotomia urbano-rural foi mantida ao nível local pela OCDE como uma etapa a ser superada ao nível microrregional por uma tricotomia formada por áreas essencialmente urbanas, ambivalentes e essencialmente rurais.

3. O peculiar caso brasileiro

O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais. O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma “cidade” na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes.

Nada grave se fosse extravagante exceção. No entanto, é absurdo supor que se trate de algumas poucas aberrações, incapazes de atrapalhar a análise da configuração territorial brasileira. De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse desatino segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000.

Muitos estudiosos procuraram contornar esse obstáculo pelo uso de uma outra regra. Para efeitos analíticos, não deveriam ser considerados urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20 mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 1950, seria rural a população dos 4.024 municípios que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que por si só já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70%.

A grande vantagem desse critério é a simplicidade. Todavia, há municípios com menos de 20 mil habitantes que têm altas densidades demográficas, e uma parte deles pertence a regiões metropolitanas e outras aglomerações. Dois indicadores dos que melhor caracterizam o fenômeno urbano. Ou seja, para que a análise da configuração territorial possa de fato evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização. Não há habitantes mais urbanos do que os residentes nas 12 aglomerações metropolitanas, nas 37 demais aglomerações e nos outros 77 centros urbanos identificados pela pesquisa que juntou excelentes equipes do IPEA, do IBGE e da Unicamp (Nesur) para produzir a *Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (1999 e 2002). Nessa teia urbana, formada pelos 455 municípios dos três tipos de concentração, estavam 57% da população em 2000. Esse é o Brasil inequivocamente urbano.

O problema, então, é distinguir entre os restantes 5.052 municípios existentes em 2000 aqueles que não poderiam ser considerados urbanos dos que se encontravam no “meio-de-campo”, em situação ambivalente. E para fazer este tipo de separação, o critério decisivo é a densidade demográfica. É ela que estará no âmago do chamado “índice de pressão antrópica”, quando ele vier a ser construído. Isto é, o indicador que melhor refletiria as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas. Nada pode ser mais rural do que as áreas de natureza praticamente inalterada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles. É por isso que se considera a “pressão antrópica” como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios.

A maior dificuldade não está, contudo, na seleção desse critério. A principal incógnita é a “dose”. Como saber qual seria o melhor corte (ou os melhores cortes)? Isto é, qual seria, por

exemplo, o limite de densidade demográfica a partir do qual um território deixaria de pertencer à categoria mais rural e passaria a alguma outra categoria? Durante muito tempo foi considerado razoável 60 hab/km² como um bom critério de corte. Foi a convenção adotada por Davidovich & Lima (1975) à luz dos dados do Censo de 1970. No entanto, um exame dos dados do Censo de 2000 parece justificar uma atualização dessa convenção para 80 hab/km².

Quando se observa a evolução da densidade demográfica conforme diminui o tamanho populacional dos municípios, não há como deixar de notar duas quedas abruptas. Enquanto nos municípios com mais de 100 mil habitantes, considerados centros urbanos pela citada pesquisa IPEA/IBGE//Unicamp, a densidade média é superior a 80 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²), na classe imediatamente inferior (entre 75 e 100 mil habitantes) ela desaba para menos de 20 hab/km². Fenômeno semelhante ocorre entre as classes superior e inferior a 50 mil habitantes (50-75 mil e 20-50 mil), quando a densidade média torna a cair, desta vez para 10 hab/km². São esses dois “tombos” que permitem considerar de pequeno porte os municípios que têm simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km², e de médio porte os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere 80 hab/km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes.

Com a ajuda desses dois cortes, estima-se que 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios, não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. Ao contrário da absurda regra (em vigor) - criada pelo Decreto-lei 311/38 no período mais totalitário do Estado Novo - esta tipologia permite entender que só existem verdadeiras cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermédios são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades.

O principal, contudo, não é a abordagem instantânea da configuração territorial do Brasil. Mais importante é ressaltar uma tendência que não deveria ser tão ignorada. Mesmo que se acrescente ao Brasil urbano todos os municípios intermédios, considerando-os como vilas de tipo ambivalente que poderão se transformar em centros urbanos, chega-se a um total de 1.022 municípios, nos quais residiam em 2000 quase 118 milhões de pessoas. Nesse subconjunto ampliado, o aumento populacional entre 1991 e 2000 foi próximo de 20%, com destaque para as aglomerações não-metropolitanas e para os centros urbanos. Em ambos houve crescimento demográfico um pouco superior.

Mas não se deve deduzir daí, como se faz com extrema freqüência, que todos os outros municípios - de pequeno porte e características rurais - tenham sofrido evasão populacional. Isto ocorreu na metade desses municípios. Todavia, em um quarto deles houve um aumento populacional de 31,3%, bem superior, portanto, aos que ocorreram no Brasil urbano. E mais do que o dobro do crescimento populacional do Brasil como um todo, que foi de 15,5% no período intercensitário de 1991-2000.

Muito pouco se sabe sobre os fatores que levaram esses 1.109 municípios com características rurais a terem um crescimento populacional tão significativo. Há casos que se explicam pelo dinamismo econômico de pequenas empresas do setor de serviços, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Há casos que se explicam pelo dinamismo político de Prefeituras, particularmente no Nordeste. Mas se está muito longe de uma interpretação satisfatória sobre esse fenômeno, espalhado por todo o território nacional.

Mesmo assim, o que já se sabe é suficiente para que se rompa com a visão de que todo o Brasil rural é formado por municípios que estão se esvaziando. Não é admissível que se considere a maior parte do território brasileiro, 80% de seus municípios, e 30% de sua população como mero resíduo deixado pela epopéia urbano-industrial da segunda metade do século 20. Pior, não é possível tratá-lo como se nele existissem milhares de cidades imaginárias.

Resumindo, esta primeira abordagem propõe que os municípios brasileiros sejam separados em cinco escalões, dos quais os três primeiros correspondem exatamente à caracterização da rede urbana feita pelo estudo do IPEA/IBGE/Unicamp e os dois outros distinguem os municípios que ficaram fora da rede urbana como “ambivalentes” e “rurais”, mediante combinação do tamanho e da densidade populacionais. Resultam, portanto, cinco tipos de municípios cuja classificação decorre do cruzamento de três critérios: a localização, o tamanho e a densidade. Estimou-se, assim, que algo como 4,5 mil sedes de municípios brasileiros sejam cidades imaginárias.

Todavia, mesmo que esta hierarquia em cinco andares permita concluir que o Brasil rural está concentrado em algo como 4,5 mil municípios, nos quais residem pouco mais de 30% de seus habitantes, isso ainda não é suficiente para que se tenha uma boa visão da configuração territorial do país. Para tanto, parece ser bem melhor a hierarquia de suas microrregiões.

É simples perceber que as 12 aglomerações metropolitanas afetam diretamente 22 microrregiões, que as 37 outras aglomerações afetam diretamente 41 microrregiões, e que os 77 centros urbanos estão localizados no interior de 75 microrregiões. Bem mais difícil é estabelecer distinções no interior das outras 420, isto é, de 75% das microrregiões. É inevitável que se pergunte, então, qual poderia ser um bom critério de classificação desse oceano de microrregiões que não abrigam sequer um centro urbano. Provavelmente nunca haverá resposta consensual a esta questão, pois ela depende dos inevitáveis pressupostos que condicionam qualquer construção de tipologia. O fundamental, então, é que tais pressupostos sejam bem explicitados na justificação do critério adotado.

Esta estimativa admite que a densidade demográfica também é um critério razoável para diferenciar essas microrregiões que sequer abrigam um centro urbano. Por isso, no exercício proposto mais adiante será usado o mesmo critério de corte – 80 hab/km² – para separar essas microrregiões que não contêm sequer um centro urbano. Isto é, diferenciar as 420 microrregiões distantes de aglomerações e de centros urbanos em duas categorias separadas por esse corte de densidade demográfica. Disso resulta uma tipologia das microrregiões que está apresentada na tabela 5.

Todavia, a última coluna dessa tabela mostra que o comportamento populacional do quarto tipo (formado por microrregiões que não têm centros urbanos, mas que têm mais de 80 hab/km²) é mais próximo do constatado para os anteriores, onde há centros urbanos e aglomerações. Ou seja, essas poucas 32 microrregiões certamente têm significativo grau de urbanização, mesmo na ausência de um município com mais de 100 mil habitantes, critério usado pelo estudo IPEA/IBGE/Nesur-IE/Unicamp para definir centro urbano.

Tabela 5

Tipologia das Microrregiões do Brasil e crescimento populacional 1991-2000

Tipos de MRG	Número	População 1991 (milhões)	População 2000 (milhões)	Variação %
Metropolitanas	22	48,1	57,0	18,5
Não-metropolitanas	41	21,7	26,1	19,9
C/Centros Urbanos	75	23,5	27,7	18,0
Mais de 80 hab/km ²	32	5,6	6,4	14,8
Menos de 80 hab/km ²	388	47,9	52,4	9,3
TOTAL	558	146,8	169,6	15,5

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

Parece mais razoável, portanto, que a estratificação das microrregiões agrupe esses cinco tipos em apenas três grandes categorias: a) microrregiões com aglomeração (metropolitana ou não); b) microrregiões significativamente urbanizadas (com centro urbano ou com mais de 80 hab/km²); e c) microrregiões rurais (sem aglomeração, sem centro urbano e com menos de 80 hab/km²). A tabela 6 resume os resultados desse exercício, mostrando que o peso populacional relativo do Brasil rural estava, em 2000, em torno de 30%, como também havia indicado a abordagem anterior de caráter municipal. O que parece poder variar bastante é o peso das outras categorias, a depender dos critérios que se utilize para hierarquizar o Brasil urbano. Mas o lado rural do Brasil tende nos dois casos a se situar em 30% da população.

Tabela 6

Configuração territorial básica do Brasil, 2000.

Tipos de MRG	Número	População 2000 (milhões)	Variação 1991-2000 (%)	Peso relativo em 2000
Marcadas por aglomerações	63	83,1	19,0	49,0
Significativamente urbanizadas	107	34,1	17,4	20,1
Predominantemente rurais	388	52,4	9,3	30,9
TOTAL	558	169,6	15,5	100,0

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

É preciso enfatizar que o uso dessa tricotomia para visualizar a configuração territorial do Brasil se baseia numa hierarquia que combina vários critérios funcionais e estruturais. Começa pelo reconhecimento de que as aglomerações são fatores marcantes - seja em termos funcionais como estruturais - e que este é um critério suficiente para definir o topo da hierarquia. O extremo oposto é definido pela menor pressão antrópica, razoavelmente detectada pelo critério da densidade populacional e, de certa forma, também pelo menor crescimento populacional. Finalmente, na categoria intermediária estão microrregiões que atingiram um grau ainda ambivalente de urbanização ou, o que dá no mesmo, mantêm-se relativamente rurais.

4. A configuração territorial de Minas Gerais

Pelos critérios utilizados a citada tipologia, a configuração territorial mineira tem uma dimensão rural maior que a do Brasil, o que não é de se estranhar. Como mostra a tabela 7, a proporção rural da população mineira ultrapassa os 40%, contra uma média nacional pouco superior a 30%. Todavia, é, sim, surpreendente a pequena importância relativa do mais alto nível hierárquico, formado pelas microrregiões com aglomerações: apenas três, e com menos de 30% da população.

Tabela 7

Configuração territorial preliminar de Minas Gerais, 2000.

Tipos de MRG	Número	População 2000	Variação 1991-2000 (%)	Peso relativo em 2000
Marcadas por aglomerações	3	5.077.967	21,6	28,4
Significativamente urbanizadas	14	5.242.899	15,2	29,4
Predominantemente rurais	49	7.545.536	2,8	42,2
TOTAL	66	17.866.402	13,5	100,0

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

No entanto, há na tabela 7 uma óbvia subestimação da importância relativa das microrregiões urbanas de primeiro escalão, que certamente decorre da desatualizada classificação das aglomerações e centros urbanos na qual se baseia: a excelente *Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (1999 e 2002). Por ter se baseado em dados da contagem populacional de 1996, pode não ter atribuído devida importância a fenômenos como Divinópolis, Uberlândia, Uberaba, Pouso Alegre e Sete Lagoas, ao mesmo tempo em que exagerou a relevância de Itabira.

Antes mesmo de entrar em mais detalhes sobre as características das microrregiões urbanas mineiras que se situam nos dois primeiros escalões – o das “marcadas por aglomerações” e do das “significativamente urbanizadas” – vale a pena ver a diferença que faz a introdução das mencionadas alterações. Isto é, a passagem das 5 microrregiões citadas para o primeiro escalão e da transferência da microrregião de Itabira para a segunda linha da tipologia (Ver tabelas 8 e 9)

Tabela 8

Configuração territorial “atualizada” de Minas Gerais, 2000.

Tipos de MRG	Número	População 2000	Variação 1991-2000 (%)	Peso relativo em 2000
Marcadas por aglomerações	7	6.736.217	22,9	37,7
Significativamente urbanizadas	10	3.584.649	10,5	20,1
Predominantemente rurais	49	7.545.536	2,8	42,2
TOTAL	66	17.866.402	13,5	100,0

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

Tabela 9

As sete microrregiões mais urbanas de Minas Gerais

MRG	População 2000	Variação 1991-2000 (%)	Densidade Hab/km2
Belo Horizonte	4.252.167	23,8	731,6
Uberlândia	701.124	24,2	37,28
Ipatinga	473.765	15,5	107,5
Divinópolis	391.583	24,8	76,9
Sete Lagoas	346.755	21,1	40,6
Uberaba	289.508	19,5	30,9
Pouso Alegre	281.315	22,9	57,2
Total	6.736.217	22,9	-

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

As microrregiões mineiras que compõem o primeiro escalão certamente estarão hoje com populações totais superiores a 300 mil habitantes, que crescem a taxas semelhantes à da Metropolitana de Belo Horizonte, com a possível exceção da MRG de Ipatinga.

O segundo escalão pode conter as dez microrregiões que aparecem na tabela 10. Todavia, em quatro MRG - Teófilo Otoni, Governador Valadares, Itabira e Barbacena - não houve crescimento populacional semelhante ao das demais, onde tal foi próximo da média estadual. Se tal disparidade não estiver sendo alterada nesta década, é bem provável que essas microrregiões venham a ser consideradas rurais em 2010.

Tabela 10

As dez microrregiões significativamente urbanizadas de Minas Gerais

MRG	População 2000	Varição 1991-2000 (%)	Densidade Hab/km²
Patos de Minas	232.218	16,4	21,6
Varginha	406.558	15,3	53,5
Montes Claros	537.805	13,8	24,2
Juiz de Fora	663.838	13,8	74,4
Poços de Caldas	309.814	13,6	66,9
Conselheiro Lafaiete	220.572	12,5	74,9
Barbacena	205.678	10,0	61,2
Itabira	352.035	7,2	44,0
Gov. Valadares	396.594	3,7	35,0
Teófilo Otoni	259.537	- 4,1	23,0
Total	3.584.649	10,5	-

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

Já as 49 microrregiões rurais podem ser decompostas em três grupos básicos:

- Em primeiro lugar uma pequena meia dúzia de MRG que se mostraram “atraentes” durante a última década do século passado, pois tiveram acréscimos populacionais em proporções superiores à média estadual, além de comparáveis aos das microrregiões urbanas (tabela 11).
- Em seguida, um grupo intermediário formado por 19 MRG nas quais os acréscimos populacionais foram inferiores à média estadual, mas não chegaram a configurar situações de “esvaziamento”. Na falta de termo melhor, essas 19 microrregiões serão aqui classificadas como “estáveis” (tabela 12).
- Finalmente, o maior grupo, com 24 microrregiões, que está mais próximo da imagem dominante de uma ruralidade fortemente marcada pelo “êxodo” (tabela 13).

Tabela 11

As seis microrregiões rurais “atraentes” de Minas Gerais

MRG	População 2000	Variação 1991-2000 (%)	Densidade Hab/km2
Patrocínio	183.676	17,8	15,3
Alfenas	208.588	16,3	41,8
Pará de Minas	106.985	16,1	60,6
Ubá	241.525	14,4	67,2
S. Sebastião Paraíso	253.110	14,2	49,2
São Lourenço	195.659	14,0	51,1
Total	1.189.543	15,3	-

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

Tabela 12

As dezenove microrregiões rurais “estáveis” de Minas Gerais

MRG	População 2000	Variação 1991-2000 (%)	Densidade Hab/km2
Passos	209.925	13,1	29,5
Ouro Preto	154.849	13,1	49,2
Manhuaçu	250.156	12,5	51,5
Santa Rita Sapucaí	128.049	12,5	38,9
Três Marias	88.479	12,3	8,4
Lavras	134.593	11,6	39,2
Bom Despacho	148.552	11,4	19,8
Itajubá	181.407	10,4	60,9
Paracatu	196.948	10,4	5,6
Campo Belo	105.483	10,0	39,0
Araxá	173.475	9,6	12,3
Oliveira	119.240	9,1	29,5
Unai	138.139	8,9	5,0
São João Del Rei	170.821	8,5	29,6
Bocaiúva	63.053	8,2	8,1
Salinas	199.545	8,2	11,2
Janaúba	237.900	8,1	15,7
Viçosa	215.312	8,1	44,6
Formiga	144.856	8,0	31,7
Total	3.060.782	10,2	-

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

Tabela 13

As vinte e quatro microrregiões rurais “esvaentes” de Minas Gerais

MRG	População 2000	Varição 1991-2000 (%)	Densidade Hab/km ²
Januária	256.687	7,9	7,8
Muriaé	260.926	7,4	54,9
Cataguases	207.256	7,1	52,8
Capelinha	186.339	6,6	15,1
Frutal	154.018	6,5	9,2
Piuí	77.190	5,6	10,1
Pirapora	154.702	5,5	6,7
Curvelo	143.207	5,2	10,4
Andrelândia	73.563	3,9	14,6
Caratinga	240.356	3,8	43,6
Grão Mogol	40.652	3,4	4,5
Itaguara	58.065	3,0	23,9
Ituiutaba	132.706	1,9	15,2
Almenara	172.318	1,8	11,2
Araçuaí	151.472	1,4	14,8
Pedra Azul	83.651	0,5	16,5
Diamantina	81.775	0,3	11,0
Conc. Mato Dentro	88.316	0,2	12,8
Guanhães	128.220	- 0,2	22,2
Ponte Nova	190.155	- 2,4	39,0
Nanuque	119.220	- 4,0	14,1
Aimorés	148.217	- 4,2	17,8
Peçanha	84.369	- 4,2	18,3
Mantena	61.831	- 6,0	33,4
Total	3.295.211	2,8	-

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

5. Conclusão

A conclusão deste exercício tipológico é que a configuração territorial de Minas Gerais pode ser caracterizada em três escalões básicos, sendo que o último contém três subdivisões. Na data do último censo, pouco mais de 6,7 milhões de habitantes estavam nas 7 microrregiões mais urbanizadas do Estado, com óbvio destaque para a metropolitana de Belo Horizonte, com mais de 60%. Cerca de 3,6 milhões estavam em dez outras microrregiões significativamente urbanizadas, sendo que uma trinca (Itabira, Governador Valadares e Teófilo Otoni, totalizando 1 milhão de habitantes) dava sinais de possíveis “rebaixamentos”. E dos 7,5 milhões que estavam em 49 microrregiões do terceiro escalão, quase 1,2 milhão pertenciam a meia dúzia de microrregiões rurais “atraentes” (talvez também com “dinamismo econômico”) e mais de 6,3 milhões pertenciam a 43 microrregiões rurais com tendências demográficas que também poderiam ser indicadores de excessiva especialização ou mera decadência econômicas.

Referências

- CHAMPION, Tony & Graeme Hugo (eds). *New forms of urbanization: beyond the urban-rural dichotomy*. International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP) & Ashgate, 2004.
- CIPOLLA, Carlo M. *Before the industrial revolution; European society and economy 1000-1700*. Londres: Routledge, (3a. edição). 1993 [c1976].
- DAVIDOVICH, Fany R. & Olga M.B. Lima. “Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.37, n.1, pp.50-84, 1975.
- DUBY, Georges. *Guerriers et paysans; VII-XIIIè siècle; Premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard: 1978 [c1973].
- ERS/USDA – Economic Rural Service, United States Department of Agriculture:
<http://www.ers.usda.gov/briefing/rurality>
- GALSTON, William A. & Karen J. Baehler. *Rural development in the United States; Connecting theory, practice, and possibilities*. Washington, D.C.: Island Press, 1995
- IBGE. *Atlas do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- IBGE. *Perfil dos Municípios Brasileiros, Gestão Pública, 2001*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- IPEA/IBGE/Nesur-IE/Unicamp. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Unicamp, (2 Vol.) 1999.
- IPEA/IBGE/Nesur-IE/Unicamp. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, (6 vol.), Brasília: IPEA, IBGE, Unicamp, CEF e Finep, 2002.
- OCDE – Organization for economic co-operation and development. - *Territorial indicators of employment; Focusing on rural development*. Paris: OCDE, 1996
- VEIGA, José Eli da. “A dimensão rural do Brasil” *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 12, n.1, abril 2004, pp. 71-93.